Nota do Organizador: Silke Weber, Conflito de classes e educação em Pernambuco. Relatório de Pesquisa datado de agosto de 1982. Reproduzido da versão publicada em *Dados – Revista de Ciências Sociais* v. 27 n. 2, 1984, p. 233-262.

POLÍTICA E EDUCAÇÃO: O MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR NO RECIFE[1]

Silke Weber

O período 1958-1964 no Nordeste, e particularmente em Pernambuco, constituiu-se num cenário propício à elaboração de diferentes propostas e ações, nas áreas econômica, política e sóciocultural, com o objetivo de superar o "atraso e o subdesenvolvimento da região".

A concordância quanto à necessidade de lutar contra a pobreza e a miséria reinante - que evidentemente tinha como pano de fundo o projeto desenvolvimentista patrocinado pelo governo Juscelino Kubitschek e a campanha pelas Reformas de Base favorecida por João Goulart - atuou como elemento aglutinador das forças sociais mais díspares, colocando, em uma mesma Frente, ora usineiros e membros da oligarquia rural, ora trabalhadores do campo cuja preocupação principal era estabelecer os caminhos necessários para superar as condições citadas. Nessa discussão, alternativas de organização social foram propostas, definidos candidatos que deveriam implementa-las e demarcados, se bem que de maneira não muito clara, os papéis que se esperava ver desempenhados pelos diversos grupos sociais.

Isto ocorreu nas campanhas eleitorais majoritárias de 1958 e de 1962 e na campanha para a Prefeitura do Recife em 1959, quando as forças que constituíram a denominada Frente do Recife apresentaram candidatos e procuraram obter o apoio dos diferentes setores econômicos e políticos do estado a partir de plataformas e programas de ação e não apenas através da promessa de distribuição de favores ou de cargos técnico-administrativos e políticos a nível local e federal, postura até então predominante entre aqueles que aspiravam ao exercício do poder estadual ou municipal segundo dados coligidos na imprensa diária e em depoimentos e memórias.[2]

Esse procedimento, resultante das transformações econômicas e políticas que ocorriam no país e que poderiam ser resumidas, em linhas muito gerais, pela expansão da industrialização e o conseqüente crescimento do processo de urbanização e pela generalização no Nordeste – se não de forma acabada, pelo

---

[1] Versão reformulada de texto apresentado no Grupo de Trabalho Educação e Sociedade, no VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Nova Friburgo, RJ, outubro de 1982. Elaborado com bolsa do CNPq e com recursos do convênio Finep Pimes-UFPe, 1979-1980.

[2] M.A. Ferraz de Sá e S. Weber, "Articulações Políticas e Projetos de Sociedades", *in* O *Movimento das Classes Sociais em Pernambuco no Período* 1958-1964, Recife, Pimes/UFPe, 1982, Relatório do Convênio Finep/Pimes-UFPe, vol. I**,** pp. 59-67.

menos como tendência importante – do trabalho assalariado no campo, dava lugar não apenas à expressão dos interesses dos mais diversos setores, inclusive os populares, feita através de memoriais, manifestos, pronunciamentos etc., mas também à sua inserção nas plataformas eleitorais ou nos programas de governo.

E um dos interesses populares que conseguiu espaço em uma das alternativas de organização social apresentadas ao sufrágio, neste período, foi o da generalização da educação, tornando-se Pernambuco, Recife sobretudo, palco da expansão ou da implantação de toda sorte de programas educacionais, alguns dos quais tomaram a forma de "movimentos", na acepção de Paiva, ou seja, de "mobilização em favor de programas especiais de educação ou da ampliação de melhoria dos sistemas elementares de ensino existentes".[3]

O clima de discussão intensa e de realizações concretas em torno da problemática educacional e cultural, patrocinado pela Prefeitura do Recife dirigida por Miguel Arraes, conduziu o governo do estado, cuja meta básica era modernizar Pernambuco, a redefinir o seu programa educacional que, até então, teria dado seqüência às ações que derivam da concepção liberal de educação como "direito de todos os homens".

Desse modo, em Pernambuco, a educação popular teria se transformado pouco a pouco em uma das formas da disputa por hegemonia que punha em confronto grupos sociais com propostas de organização social de natureza diversa. Ou, numa fórmula dicotômica, em manifestação da contraposição de ações governamentais que buscavam incorporar reivindicações populares e as que representavam mais diretamente os interesses de determinadas frações ligadas às "classes produtoras", como eram denominados localmente setores do empresariado, expressando ao mesmo tempo alianças regionais e locais e suas vinculações com grupos do Sudeste, como já foi demonstrado em alguns estudos.[4]

Verificar a pertinência dessas suposições constitui o objetivo deste trabalho. Para tanto, analisam-se não apenas propostas e programas educacionais desenvolvidos direta ou indiretamente pelos governos estadual e municipal durante o período em tela, mas, sobretudo, tenta-se reconstituir as articulações existentes entre as diversas iniciativas, detectando as suas vinculações com determinados segmentos sociais, grupos, organizações ou pessoas, apreendendo as preocupações dominantes, formas de expressão e limites para a sua institucionalização. Em suma, ênfase especial é dada às respostas fornecidas às proposições feitas pelos diferentes setores sociais, identificando a sua origem, composição, atuação e conseqüências.

Este exame é feito principalmente a partir de informações veiculadas pela imprensa diária *(Jornal do* C*ommércio, Diário de Pernambuco* e *Última Hora),*

---

[3] 3 V.P. Paiva, *Educação Popular e Educação de Adultos* (contribuição à história da educação brasileira), São Paulo, Ed. Loyola, 1973, p. 24.

[4] 4 L.P. Costa, "Classes e Política Estadual em Pernambuco no período 1958-1964", in *O Movimento das Classes Sociais em Pernambuco no período 1958-1964*, Recife, Pimes/UFPe, 1982, Relatório do Convênio Finep/Pimes-UFPe, vol. I, pp. 59-67; R. Moreira, *O Nordeste Brasileiro – Uma Política Regional de Industrialização*, Rio, Paz e Terra, 1979; F. Oliveira, *Elegia para uma Re(li)gião*, Rio, Paz e Terra, 1977.

obtidas através de uma ficha de coleta de dados[5] elaborada com o objetivo de: 1) localizar e caracterizar a natureza do evento educacional ou cultural noticiado (planos, projetos, reuniões, seminários, conferências, cursos, abertura de escolas, conteúdo programático proposto, atividades artísticas etc); 2) descrever a composição dos setores sociais nele presentes ou representados; 3) registrar as reações ou críticas, positivas ou negativas, a ele feitas, bem como indicar quem as formula; 4) narrar as respostas dadas a essas reações, explicitando suas origens, seus aliados e seus opositores; e 5) indicar conseqüências imediatas do evento.

É evidente que, ao privilegiar a imprensa diária como principal fonte de dados da dinâmica social de uma época, tem-se, sobretudo, acesso à narrativa de certas frações da classe dominante.

Entretanto, isto permite, também, localizar que aspectos das iniciativas educacionais favorecidas pelos governos estadual ou municipal eram merecedores de apoio ou de rejeição porque, mesmo se há outros elementos a considerar na análise, reforçavam ou ameaçavam propostas de organização social que respondiam aos interesses das classes de que são intérpretes. Além disso, o fato de se ter procurado levantar as informações divulgadas nos três grandes jornais da época já permite corrigir ou relativizar a importância atribuída a certos eventos e às reações que eles suscitaram.

EDUCAÇÃO E PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DE PERNAMBUCO

Até 1960, o panorama educacional em Pernambuco e no Recife, particularmente, não parece ter sofrido modificações substanciais, embora seus problemas – baixa taxa de escolaridade, evasão e repetência escolar, falta de qualificação do professorado primário –, tratados sob os mais diversos ângulos, tenham sido objeto de freqüentes debates e publicações, patrocinados pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP**,** pela Secretaria de Educação do Estado ou mesmo pelo Ministério da Educação e Cultura.

Isto talvez se explique pelo fato de Pernambuco, como os demais estados nordestinos, não ter sofrido alterações relevantes na sua estrutura de classes até a década de 50 por não ter o estado se tornado agente econômico direto como ocorreu no Sudeste[6]. De fato, até então, a estrutura de classe no campo, particularmente na zona açucareira, pouco havia mudado, permanecendo as formas tradicionais de relações de trabalho desde a abolição da escravatura, e nas cidades, especialmente Recife, ela era permeada pelas classes médias

[5] Aplicadas entre setembro de 1980 e abril de 1981 pelos estudantes do Curso de Ciências Sociais da UFPe, Bruno César Cavalcanti, Hauridete Lima dos Santos, Marcos Antônio Cavalcanti Silva, Rita de Cássia Barbosa de Araújo e Martha da Fonte Castro, que resumiram um total de 986 notícias transmitidas pela imprensa diária no período 1959-1964. [N.E. - As citações do *Diário de Pernambuco, Jornal do Commércio* e *Última Hora* serão indicadas no próprio texto, sob as siglas D.P., J .C. e U.H., respectivamente, seguindo-se data de edição e página.]

[6] F. de Oliveira, *Elegia* ... , *op. cit.*

tradicionais oriundas das atividades comerciais, de serviços e do funcionalismo público.[7]

O mesmo panorama educacional, entretanto, persiste, também, no momento em que a implantação da Sudene e a momentânea expansão da economia do açúcar, advinda da crise cubana, introduzem modificações na situação socioeconômica local. A ampliação da plantação de cana restringe o acesso à terra e intensifica o processo de proletarização e assalariamento puro. No setor urbano, também, ocorrem mudanças, resultantes tanto da migração originada das alterações havidas no campo quanto das próprias transformações econômicas nacionais que engendram uma expansão do corpo técnico-administrativo, bem como dos diversos serviços e subsetores que deles decorrem. Aliás, o manifesto-programa lançado pelas Oposições Unidas de Pernambuco para conclamar o povo a unir os seus esforços em torno do desenvolvimento econômico do estado, entendido como "o processo de aumentar a produção de bens e serviços que devem ser postos à disposição da comunidade (...) enfim de tudo aquilo que contribui para o bem-estar coletivo", inclui apenas o ensino técnico-profissional, cuja rede deveria ser criada "em aliança com órgãos de classe", para "preparar mão-de-obra especializada, de acordo com a solicitação da economia local", como um dos seus pontos essenciais para que "o estado não somente participe dos ganhos de uma política de desenvolvimento, mas também auxilie, de forma concreta, a luta nacional pelo desenvolvimento da economia brasileira" (D.P., 15.04.58, pp. 3 e 7).

Além disso, a ausência de preocupação explícita com os problemas educacionais do estado fica patente na 1ª Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco[8], remetida pelo governador Cid Sampaio "em obediência a dispositivo constitucional" no dia 15 de março de 1959.

Malgrado admitir que "as aspirações do povo venceram resistências e preconceitos sociais, de classe e até de sectarismo partidário, para aparecerem como uma vontade obstinada", o governador, após fazer uma análise dos índices econômicos e sociais de Pernambuco em comparação com os da região Centro-Sul e propugnar para o estado as condições existentes no Brasil para a industrialização através de "um movimento de ressurgimento nordestino", se fixa em metas de caráter econômico destinadas a realizar o desenvolvimento industrial e agrícola do Estado, bem como nos meios para implementá-los. No que concerne ao aspecto social propriamente dito, restringe-se ao setor saúde, enfatizando a melhoria da situação hospitalar e assistencial, e ao setor jurídico. Em nenhum momento sequer faz menção aos problemas educacionais de Pernambuco ou do Recife e, menos ainda, faz referência a qualquer prioridade neste setor apesar de o manifestoprograma ter incluído entre um dos problemas pernambucanos relevantes a nomeação de professoras primárias por "pistolões", sem respeito a concurso.

---

[7] G. Perruci, e D. Bernardes, "Do Caranguejo ao Viaduto", Recife, Pimes/UFPe, 1982, Relatório do Convênio Finep/Pimes-UFPe, vol. II; H. Souto Maior, "Estrutura Ocupacional: Alguns Aspectos Demográficos e Apontamentos para o Estudo das Classes Sociais", *in* O *Movimento das Classes Sociais em Pernambuco-1958* -1964, *op. cit.,* pp. 9-32.

[8] *Diário Oficial,* Edição Especial, 22.03.59, pp. 3 -7.

Assim, se em um primeiro momento é possível ao governo estadual interpretar o apoio popular manifestado através do voto corno adesão à luta pelo desenvolvimento econômico do estado, a ênfase dada na sua atuação concreta a medidas destinadas a "criar riquezas e oportunidades econômicas" permitiu que diversos setores sociais retomassem antigas preocupações e passassem a reivindicar providências de impacto social imediato. Dentre elas, uma ganha especial relevo – ampliação da rede escolar –, propiciado, sem dúvida, também, pelo clima de discussão que decorre da aglutinação ou reaglutinação de forças sociais durante uma nova campanha eleitoral.

É neste quadro, estimulado pelo debate acerca de um diagnóstico da situação escolar do Recife, realizado logo após a posse de Miguel Arraes na Prefeitura da capital e cujos contornos gerais serão mais adiante explicitados, que o Governador Cid Sampaio apresenta a sua 2ª Mensagem à Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco,[9] no dia 15 de março de 1960. Nela, o Governador reconhece que "aumenta de ano para ano o número de crianças em idade escolar e sem escolas"[10]. Mas deixa claro, também, que isto não constitui uma de suas prioridades de governo, uma vez que somente foi possível "aumentar as matrículas nos cursos primário e secundário" porque "houve uma disponibilidade de receita sobre as obrigações de pessoal"[11].

Promete, a partir daquele ano, 1960, promover "as reformas necessárias para adaptar os planos de educação e saúde ao programa de desenvolvimento a que se propôs"[12], meta prioritária para atacar as "causas-matrizes" do pauperismo do estado.

Ao que parece, pois, na busca obstinada pelo desenvolvimento econômico do estado, marcada fundamentalmente pelos interesses do empresariado, como já foi mostrado por alguns autores[13], a concepção liberal de "educação direito de todos" não chega a ser negada, mas tampouco consegue o lugar que talvez teoricamente lhe devesse ser atribuído, tendo em vista as características que tomou no Brasil a proposta desenvolvimentista[14]. Esta suposição encontra fundamento nas palavras do próprio governador, ao fazer o balanço de sua atuação na área educacional em 1963. Admite, então, que "não podia concentrar em curto prazo a soma de recursos que uma média solução do problema exigia. Isto porque tão prioritário quanto a educação estava o desenvolvimento de uma infraestrutura econômica, sobre a qual viessem a repousar todas as atividades do estado"[15].

Esta postura, que se pretende realista, remete não apenas para um amanhã indefinido o atendimento de algumas reivindicações concretas e imediatas de uma importante parcela da população, urbana pelo menos, mas

---

[9] *Mensagem do Governador Cid Sampaio,* 1959-1962, Recife, Imprensa Oficial, 1962; pp. 25-37.
[10] *Idem,* p. 26.
[11] *Idem,* p. 36.
[12] Idem, ibidem.
[13] L.P. Costa, "Classes e Política ... *"op. cit.* F. de Oliveira, *Elegia ... ,op. cit.*
[14] C. de R. Beisiegel, *Estado e Educação Popular - Um Estudo sobre Educação de Adultos,* São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1974; M. Limoeiro Cardoso, *Ideologia do Desenvolvimento-Brasil: JK - JQ,* Rio, Paz e Terra, 1977.
[15] C. Sampaio, *Quatro Anos de Governo,* Recife, Imprensa Oficial, 1963 (Capítulo sobre educação).

ainda lhe solicita no presente "sacrifício e poupança" que, aliados à mobilização planejada de recursos internos, criariam as "precondições técnicas e psicológicas para que o desenvolvimento econômico se processasse"[16] no estado. Ficava, pois, cada vez mais evidente que o governo que ascendera ao poder estadual, através de uma ampla frente, não era capaz de incorporar um dos principais interesses populares ao seu programa de ação. Isto aliás, entre outros aspectos que não cabe aqui discutir, como a transformação dos problemas do campo em foco principal de crises, teria conduzido a uma redefinição das alianças até então vigentes, que chegam mesmo a ser rompidas.

Esse rompimento acontece após uma outra vitória eleitoral da Frente do Recife[17] com a ascensão de Miguel Arraes à Prefeitura, cuja gestão passa a ser marcada não somente pela tentativa de privilegiar o atendimento das reivindicações oriundas das forças populares, mas sobretudo pela participação efetiva desses setores na definição e implantação de medidas consideradas prioritárias para a melhoria das condições de vida da maioria da população.

Destarte, nesse período, coexistiam em Pernambuco, de modo predominante e concreto, como manifestação do processo de relacionamento entre as classes sociais naquela conjuntura, duas concepções distintas de atuação governamental. De um lado, aquela que percebe o Estado como "regulador do processo de desenvolvimento"[18], de outro, apenas o governo como agente "capaz de organizar o trabalho em benefício de todos"[19]. Para os que defendiam esta última concepção, estava claro que isto dependia fundamentalmente de mudanças estruturais básicas que alterassem o próprio processo de produção do país, embora acreditassem, por outra parte, na possibilidade de, dentro dos limites então existentes, "trabalhar com o povo, com ele discutir os problemas e procurar meios e recursos para resolvê-los"[20], tal como estava sendo posto em vigor na Prefeitura do Recife.

É neste contexto da contraposição de alternativas de organização social, cujas linhas ainda não estavam suficientemente explícitas, que se aprofunda a discussão dos problemas básicos a serem afrontados, de imediato, pelo governo municipal recém-eleito. Dentre eles, conforme já mencionado, um se impõe de maneira relevante – a escolarização das camadas populares – cuja tentativa de efetivação determinou, em um primeiro momento, o apoio e a mobilização de setores sociais os mais diversos, estivessem ou não representados na frente que elegera Miguel Arraes para a Prefeitura do Recife, em 1959.

Reconstituir os empreendimentos educacionais decorrentes dessa meta prioritária para a capital de Pernambuco, detectando a sua origem e natureza, as reações favoráveis ou desfavoráveis que suscitou, o impacto que teve sobre a

---

[16] *Idem,* pp. III e IV.

[17] M.C. Brayner Ferraz, "A Política no Recife, 1958-1964" pp. 84-101; M.C. Brayner Ferraz e M.A. Ferraz de Sá, "Movimentos Sociais em Pernambuco - 1958-1964", *in O Movimento das Classes Sociais em Pernambuco no Período* 1958-1964, *op.cit.,* pp. 49-67.

[18] C. Sampaio, Quatro Anos ... ,op. cit., p. IV.

[19] M. Arraes de Alencar, "Discurso de Posse", *in* G. Debert, *Ideologia e Populismo,* São Paulo, TAQ, 1979, p.171.

[20] *Idem,* p. 177.

política educacional do estado, bem como as formas de sua institucionalização, é o que se pretende realizar em seguida.

A ESCOLARIZAÇÃO DAS CRIANÇAS DO RECIFE: O MOMENTO DO CONSENSO

Logo após a posse de Miguel Arraes na Prefeitura do Recife, é iniciado pela Profª. Anita Paes Barreto, Assessora-Técnica da Prefeitura, o levantamento da população recifense em idade escolar e não escolarizada, um dos problemas do Recife postos em relevo durante a campanha eleitoral. Os resultados desse levantamento, tornados públicos no 31 de janeiro de 1960, por ocasião da apresentação do Plano Municipal de Ensino, mostraram "que mais de 50% das crianças, se se considerarem as idades de 7 a 12 anos, e mais de 66%, ou seja, 98.281 crianças, se se considerarem as idades de 5 a 14 anos", não freqüentavam escolas por falta de unidades escolares. Diante dessa "situação calamitosa (...) não poderia deixar a Prefeitura de se interessar por um programa municipalista de educação, que viesse ao encontro da ação estadual, num plano de cooperação a ser oportunamente ajustado" e cumprido em etapas sucessivas (D.P., 31.01.60, p. 13).

Esse Plano propõe, além de aspectos técnicos como a criação de um organismo central supervisor, cujas atribuições básicas seriam orientação e supervisão de escolas primárias e cursos suplementares e de um programa de educação popular, orientação pré-profissional, orientação educacional e assistencial psicopedagógica e a organização, com auxílio do Estado, de "um corpo de professores visando a melhores condições de adaptação do ensino às necessidades do município", a participação efetiva da comunidade na sua execução. Para tanto o Plano prevê a organização "de um corpo de voluntários recrutados entre pessoas ou entidades especializadas ou capazes de influir e prestar serviços dentro do plano previsto, particularmente interessados na recuperação moral, econômica e social do povo recifense, tendo em vista estabelecer um plano de educação popular com bases amplas, aproveitando-se todos os recursos que a comunidade oferecer e procurando-se despertar a consciência coletiva para a solução do problema educacional", assim como a organização, "oportunamente, de uma associação de pais destinada, em linhas gerais, a levar o povo a desejar, cada vez mais, contribuir para a sua própria educação, colaborando com o poder público ou sua ação supletiva na manutenção e defesa da escola" (D.P., 31.01.60, p. 13).

A proposta de participação da comunidade é rapidamente incorporada por Associações de Bairros e Sociedades Beneficentes que põem à disposição do "organismo que será criado para supervisionar o ensino primário da Prefeitura" seus locais (D.P., 23.02.1960, p. 3). A Prefeitura Municipal do Recife, por sua vez, desloca funcionárias diplomadas, ocupando funções burocráticas, para atividades de ensino. Assim, sem maiores ônus, em março daquele mesmo ano começam a funcionar 26 turmas, absorvendo 1.040 crianças. Além disso, também professorandas do Instituto de Educação de Pernambuco e de outros

educandários recifenses começam a colaborar na execução do Plano Municipal de Ensino (D.P., 16.03.60, p.3).

Aliás, a conclamação do estudantado para participar do esforço para generalizar o ensino porque ele "proporciona o esclarecimento necessário para vencer as forças que se antepõem ao nosso desenvolvimento econômico" constitui uma constante do governo de Arraes. Segundo ele, "gozando do privilégio do ensino, possuidor portanto, de uma maior dose de esclarecimento que a média, não pode o estudante esquecer o dever que tem de utilizar aquilo que a sociedade lhe concede em benefício dessa mesma sociedade"[21].

Todavia, a ampliação da ação educativa no município "desde que a ação do poder estadual não era proporcional às necessidades" (D.P., 13.04.60, p. 8, 2º cad.) deste setor exige, também, recursos financeiros. É assim que a Prefeitura do Recife, através do nascente Movimento de Cultura Popular – MCP, organismo destinado inicialmente a coordenar as atividades educativas, solicita a contribuição do comércio e das indústrias locais para custearem as despesas com o professorado. Vários estabelecimentos imediatamente aceitam colaborar, esperando-se que as 50 professoras que estavam sendo arregimentadas, por bairro, pelo Lions Club e pelo Rotary Club fossem por eles financiadas. (D.P. 13.04.60, p. 8, 2ºcad.).

Esta solicitação, bem como a utilização escolar dos inúmeros locais postos à disposição do MCP por entidades civis ou religiosas, obtém o apoio do *Diário de Pernambuco,* através do seu editorial "Escolas no Recife", de 17 de abril de 1960, tendo em vista a urgência de uma campanha contra o analfabetismo. Além disso, propõe que se aliem ao programa entidades como Legião Brasileira de Assistência – LBA e o FISI com objetivo de assegurar às crianças as condições mínimas necessárias à freqüência escolar, o que conduz os dirigentes do MCP a realizar contatos com essas instituições no sentido de obter leite e alimentos para os alunos matriculados nas escolas instaladas em Santo Amaro, bairro piloto do Plano Municipal de Ensino, em execução pelo MCP (*I.C.,* 19.04.60, p. 3).

A campanha em favor da instalação de uma rede municipal de ensino, com participação das chamadas "classes produtoras", tomara tamanho vulto que dirigentes e associados do Lions Club e do Rotary Club, em reunião "destinada a discutir medidas práticas para a rápida distribuição da rede escolar no Recife", sugerem a transformação do MCP em "uma forma de sociedade civil, tendo como uma das finalidades o recolhimento das contribuições levantadas pelas organizações empenhadas na campanha contra o analfabetismo" (D.P., 26.04.60, p. 5).

Nesse ínterim, a Prefeitura Municipal do Recife, através do Serviço de Equipamento e Oficina, continuava a produção de bancos escolares para logo em seguida instalá-los nos diversos locais tornados disponíveis por entidades civis ou religiosas, nos diferentes bairros recifenses, levantados através de pesquisa realizada por integrantes do MCP, sob a coordenação do Departamento de

[21] M. Arraes de Alencar, "Mensagem aos Estudantes do Grêmio Estudantil Hélio *Ramos", Jornal do Comércio,* 03.04.60, p. 12.

Documentação e Cultura da Prefeitura e que, em fins de maio, tinham chegado a quase 1.000 locais.

É, no entanto, em Santo Amaro, bairro escolhido como piloto, conforme já mencionado, que, como parte das comemorações do Dia do Trabalho, são inauguradas oficialmente as dez primeiras escolas do MCP, solenidade à qual, aliás, não se faz representar o governo estadual. Nessa ocasião, o prefeito Miguel Arraes anuncia a próxima inauguração de escolas em outros bairros, revela que iniciara contatos com o MEC no sentido de obter sua colaboração para o Plano de Educação da Prefeitura e assegura que, caso o comércio e a indústria continuem a prestar a colaboração que vinham dando, no final de seu mandato o panorama educacional do Recife não mais seria o mesmo que encontrara (D.P., 03.05.60, p. 10 - 2º cad.).

O entusiasmo despertado por essa inauguração é reportado pelo *Diário de Pernambuco* de 04 de maio de 1960, através do seu editorial intitulado "Escolas da Prefeitura". "Eis uma coisa impossível de obscurecer: as escolas municipais saíram da fase dos planejamentos. Domingo foram inauguradas dez em Santo Amaro. Todas bem equipadas, conferindo às comemorações do Dia do Trabalho nível superior ao dos discursos. Outras serão abertas, ainda este mês, em Casa Amarela,

Afogados e Beberibe, conforme a promessa do prefeito Miguel Arraes. Para isso, a prefeitura conta com seus próprios equipamentos, oficinas para o fabrico de mesas e bancos, que a livraram das encomendas aos donos de comércio de móveis e assim do gasto excessivo de dinheiro. Conta sobretudo com um Movimento de Cultura Popular não só de rótulo: que funciona".

Sem iniciativas como essa, de que modo seria possível dar qualquer validez às campanhas contra o analfabetismo no Recife? Não é que o governo do Estado cruze os braços na capital, através da Secretaria de Educação e Cultura. É que os grupos escolares e as escolas isoladas acham-se, pelo número, muito abaixo das necessidades públicas (...) Daí as providências da Prefeitura.

Está fazendo o que lhe compete num setor de sua competência. E, ao desenvolver o ensino primário, vai acabando com a suposição primária de que o Prefeito é só para tapar buracos e podar ficus-benjamin" (D.P. 04.05.60, p. 4).

Simultaneamente, o grupo de intelectuais, artistas, professores "desejosos de uma participação ativa no processo de mudança que então se iniciava" em decorrência da proposta de Miguel Arraes de realizar "um governo de tendência popular – não populista – aberto a todas as forças atuantes na comunidade, organizadas ou não"[22], discutia a estruturação do MCP e elaborava os seus estatutos.

Universitários de diversas Faculdades das Universidades do Recife e Católica de Pernambuco, através de seus Diretórios Acadêmicos, realizavam a Semana Universitária de Cultura Popular, com o objetivo de promover e divulgar o MCP no meio estudantil *(J.C.,* 11.05.60, p. 3), culminando o seu término com o lançamento oficial da nova entidade, nascida de um grupo de quatro pessoas, quatro meses antes, no dia 21 de maio de 1960. Esta, que iniciara as suas

[22] P. Rosas, "O Movimento de Cultura Popular - MCP", Comunicação apresentada na 32ª Reunião Anual da SBPC, Rio de Janeiro, julho, 1980, p. 4.

atividades com o levantamento da situação escolar e a abertura de escolas primárias em locais fornecidos e, muitas vezes, recuperados e preparados pela própria comunidade, pretendia "a instalação, no Recife, de uma universidade em bases novas, capaz de mobilizar todo o povo para a valorização de seus mais autênticos elementos culturais", conforme palavras de Germano Coelho na conferência de abertura da I Semana Universitária de Cultura Popular (D.P., 17.05.60, p. 3).

As conferências e debates ocorridos durante essa Semana contaram, também, com a participação do Reitor da Universidade do Recife, Prof. João Alfredo da Costa Lima, que propôs uma conjugação de esforços entre o trabalho desenvolvido pelo MCP e o da Universidade com o objetivo "de contribuir para a elevação cultural da população recifense" (D.P., 21.05.60, p. 5).

O MCP, então presidido por Germano Coelho e com sede no Sítio da Trindade, agora sociedade civil institucionalizada com o apoio e a supervisão técnica da municipalidade, ampliava ao mesmo tempo: seu campo de atuação, abrindo escolas noturnas para adultos, e sua base de suporte. A freqüente inscrição como sócios colaboradores de inúmeras firmas comerciais e indústrias para financiar as professoras que ensinavam nos bairros em que se encontravam instaladas, a colaboração efetiva dada por outras para a organização de um fundo especial para aquisição de material didático, a doação de livros escolares e de referência por parte de editoras nacionais, a concessão de milhares de metros de tecidos e brindes por ocasião das comemorações juninas realizadas nas novas escolas da capital, o fornecimento de medicamentos por laboratórios para os serviços de assistência médico-dentária aos escolares e sobretudo, a contínua e insistente oferta de locais por agremiações populares, em particular, para a instalação de mais escolas, demonstram, portanto, como a luta pela generalização da escolaridade infantil promovida sob o patrocínio da Prefeitura Municipal do Recife, em resposta a anseios populares, sensibilizava setores os mais diversos.

O governo estadual que, até então, se restringira a dar continuidade de forma rotineira às atividades da Secretaria de Educação, expandindo dentro dos limites orçamentários a rede escolar primária, diante da mobilização educativa existente no Recife, começa também a voltar a sua atenção para as necessidades sociais dos "bairros pobres" da capital. É assim que, em fins de agosto, inaugura 12 escolas de alfabetização em vários bairros do Recife, através do Serviço Social contra o Mocambo, por ocasião do 25º aniversário dos Centros Educativos Operários, ao mesmo tempo em que anuncia a criação da Cruzada da Promoção Social (D.P., 30.08.60, p. 5). De fato, no dia seguinte, é instituído o Grupo de Trabalho da Promoção Social - GTPS, dirigido pelo Serviço Social contra o Mocambo, através de convênio assinado entre este último e as Secretarias de Educação e da Fazenda, cabendo à primeira fornecer o pessoal técnico requisitado. O GTPS, como ficou conhecido, tinha como um dos seus objetivos prestar "assistência às populações de bairros pobres e das zonas de maior densidade demográfica do Recife e zonas circunvizinhas, nos setores médico, dentário e escolar, à maternidade e à infância", em caráter supletivo (D.P., 31.08.60, p. 3).

Ao apresentar o GTPS o governador Cid Sampaio diz que, logo após haver assumido o governo, em 1959, pensava em criar um Instituto da Promoção Social

"para atender ao homem de Pernambuco", particularmente, aquele "economicamente desorganizado", no sentido de procurar
"soluções que poderiam servir para elevar seu nível de vida (...) e ao mesmo tempo ministrasse instrução e assistência à saúde". Nas suas próprias justificativas, ele declara que "o homem, que deve ser o centro das preocupações dos administradores, mais do que em qualquer outro local, precisa ser amparado no Nordeste. O processo de espoliação a que foi submetida nossa região, por longos anos, atingiu-o, como atingiu a terra, as máquinas, o capital. Todavia, podemos recuperar estes dois últimos, desde que proporcionemos ao homem a dignidade, o entusiasmo, a fé, que o possibilitem vencer o meio. É a esta recuperação do homem que se propõe ajudar o Grupo de Trabalho que ora se constitui" (D.P., 31.08.60, p. 3). Entretanto, tais justificativas deixam entrever que a necessidade de assistir os setores populares urbanos consiste, antes de tudo, numa forma de conseguir a sua adesão para a proposta de modernização do estado, então em curso e não propriamente uma tentativa de responder às suas necessidades básicas.

Desse modo, começam a ficar mais nitidamente demarcadas as diferenciações entre os governos estadual e municipal, o primeiro repentinamente encontrando, então, recursos para desencadear uma ação educativa mais ampla na cidade do Recife. Paralelamente, por conseguinte, começam, também, a aparecer as distinções entre as concepções de organização social que os presidem e do papel que neles têm as reivindicações dos setores populares.

Isto, evidentemente, vai contribuir, mesmo que não de imediato, para a ruptura do consenso que fora então obtido em relação ao Plano Municipal de Ensino implantado pelo MCP, que, naquele momento, aliás, iniciava a sua atuação educativa junto a adultos e ampliava a sua ação cultural. É esta última, num primeiro momento, que suscitará reações mais enérgicas, enquanto que o esforço pela generalização do ensino empreendido pelo MCP continuará até meados de 1961 a merecer o apoio dos diversos segmentos sociais, o que conduz à sua institucionalização efetiva através da alocação de verbas específicas provindas do município.

A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR

Na verdade, em um clima permeado de críticas à criação do Grupo de Trabalho da Promoção Social que, no entanto, em menos de dois meses já inaugurara "50 escolas de alfabetização, no modelo de 'unidades-piloto' empregado nos países subdesenvolvidos" (D.P., 05.10.60, p. 10) e de uma ação de despejo das bancas escolares de um prédio em que funcionava uma escola do MCP, que atendia 100 crianças, realizada por três investigadores e um oficial de justiça (D.P., 13.09.60, p.8) prossegue a consolidação do Movimento de Cultura Popular que tinha como objetivos, de acordo com o artigo 1º de seu Estatuto: "1. promover e incentivar, com a ajuda de particulares e de poderes públicos, a educação de crianças e adultos; 2. atender o objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através da educação integral de base comunitária, que assegure, também, de acordo com

a Constituição, o ensino religioso facultativo; 3. proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-o para a vida e para o trabalho; 4. colaborar para a melhoria do nível material do povo, através da educação especializada; 5. formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular."

Sua fundação, oriunda do fato de a Prefeitura não dispor de verbas específicas no orçamento para a educação, faz com que o Prefeito Miguel Arraes, em outubro de 1960, envie mensagem à Câmara Municipal solicitando abertura de crédito para o Plano Municipal de Ensino e propondo a modificação da então Taxa de Assistência Social para Taxa de Assistência Social e Educação. Esta seria aplicada na construção e manutenção de escolas, do MCP, subvenções e auxílios para fins educacionais e concessão de bolsas de estudos (D.P., 09.10.60, p. 13).

O período que decorre entre a apresentação desta proposta à Câmara Municipal e a sua aprovação no dia 04 de novembro (D.P., 05.11.60, p. 3) é marcado por uma série de iniciativas, reivindicações e pronunciamentos que demonstram o quanto nessa oportunidade as realizações e planos do MCP empolgavam os diversos setores sociais, servindo, inclusive, tanto de parâmetro como de contra-modelo para formulação de propostas por parte do Grupo de Trabalho da Promoção Social.

Dentre as iniciativas do MCP, vale ressaltar a solicitação do Prefeito "ao INEP de material didático para os 60 estabelecimentos de ensino" (D.P., 13.10.60, p. 5), o que é motivo de congratulações na Câmara dos Vereadores, quando um de seus membros aproveita a ocasião para pedir a instalação de mais escolas de alfabetização de adultos (D.P., 14.10.60, p. 8). O pleito apresentado ao INEP é prontamente atendido com a doação de 5 mil cartilhas e 5 mil cadernos ao MCP e "regular quantidade de material escolar e guias de leitura destinados aos cursos noturnos de alfabetização" é obtida junto à Campanha Nacional de Educação de Adultos (D.P., 25.10. 60, p. 9).

Entrementes, prosseguem conversações no sentido de assinar um convênio entre a Campanha Nacional de Merenda Escolar e o MCP visando ao fornecimento de merenda a todas as escolas da Prefeitura (D.P., 18.10.60, p. 5).

Vereadores requerem ao governo estadual e à Prefeitura a instalação de cursos de habilitação para o trabalho manual nas escolas do GTPS e do MCP; outros pedem que o MCP ofereça cursos gratuitos para motoristas; outros, ainda, sugerem locais onde novas escolas poderiam ser implantadas. O GTPS também procura assinar convênio com o INEP para o fornecimento de material didático às escolas em funcionamento, recebendo desde já do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife doação de um conjunto de obras para a futura biblioteca do Centro de Treinamento de Professoras (D.P., 22.10.60, p.3).

O Prefeito do Recife, que será eleito o "Prefeito do Ano" porque "é um prefeito que não promete nada a ninguém (...) mas que tomou uma série de medidas" educacionais e culturais "que vieram colocar o seu governo como um dos mais credenciados que já possuiu o Recife" (D.P., 01.01.61, p. 13), obteve voto de aplausos pela implantação do MCP por parte da Assembléia Legislativa do Estado (D.P., 25.10.60, p. 10) e o Vereador Wandenkolk Wanderley, que algum tempo depois será um dos ferrenhos adversários e obstruidores do MCP, elogia na Câmara Municipal "o plano de ensino popular que vem sendo desenvolvido

pelo prefeito", a quem combateu no momento das eleições, "mas que é forçado, hoje, a reconhecer o valor social das obras que vem realizando" (D.P., 25.10.60, p.IO).

Não apenas de órgãos públicos, de setores populares, que continuam participando da instalação de escolas e de políticos, o MCP continua a obter o apoio. Também particulares aderem à campanha pela doação de terrenos para a construção de 300 escolas populares pela Prefeitura no ano de 1961. Proprietários de terrenos, inclusive, admitem "que o fato de instalar escolas em loteamento está, ao mesmo tempo, resolvendo o problema do ensino e valorizando a propriedade particular" (D.P., 26.10.60, p. 8) e, até fins de outubro de 1960, o MCP já havia recebido a doação de 17 terrenos, nove provindos diretamente de proprietários e oito obtidos através de Vereadores. Além do mais, continua a doação de material didático por parte da indústria local.

Também os universitários, através da União dos Estudantes de Pernambuco, se dispõem, de forma efetiva, a participar do programa de alfabetização que deve ser implantado pelo MCP em 1961, inscrevendo-se como sócios-estudantes, por ocasião de uma Assembléia convocada para discutir aquele programa, mais de 400 universitários. É, também, aprovado o envio de um apelo ao governo do estado e à Assembléia Legislativa para que seja aprovada a solicitação de ajuda financeira ao MCP (D.P., 29.11.60, p. 3). Aliás, é interessante salientar que o presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito, irmão e correligionário do presidente do Serviço Social contra o Mocambo, que abrigava o GTPS, organismo que instalara 32 escolas entre agosto e dezembro de 1960 e previa para 1961 a abertura de 100 outras, considera importante que os estudantes de Direito colaborem com o MCP. Isto porque acredita que seus dirigentes "estão realmente imbuídos de elevado espírito público, eqüidistantes de pensamentos outros, que não seja alfabetizar e instruir aqueles que disso necessitam e se encontram por falta de conhecimento como marginais ou quase marginalizados dos grupos sociais a que pertencem" (J.C., 24.11.60, p. 5). O plano que o MCP espera poder desenvolver em 1961 é também apoiado pela Liga dos Servidores Municipais (D.P., 07.12.60, p. 5).

Simultânea a essa mobilização dos vários segmentos sociais, é iniciada a discussão do plano para o ano letivo de 1961 com as professoras inscritas no MCP, bem como incentivada a sua atuação cultural. Prevê-se a realização de um Festival Folclórico no rio Capibaribe, através da realização de serenata fluvial e efeitos coreográficos, que conta com o apoio de universitários e figuras da sociedade. São planejadas e iniciadas as construções de um Teatro ao Ar Livre e uma Galeria de Arte do Recife. A construção desta última no centro da cidade, à beira do rio, é motivo de grande querela, avivada tanto por técnicos da Prefeitura quanto por intelectuais os mais diversos.

Também os festejos e a decoração do Natal, promovidos pela Prefeitura do Recife sem qualquer despesa, porque assumidos por empresas locais, são motivo de celeuma, expressando um articulista do *Diário de Pernambuco* a posição de alguns grupos insatisfeitos com o fato da Prefeitura estar celebrando o Natal com "grande aparato". Ele se insurge contra o que chama de "decorações dirigidas". "O programa de festas foi bem planejado e além da Banda dos Fuzileiros Navais contamos com a Banda Naval Americana, já que, a esta altura, o Sr. Miguel

Arraes não poderia contar com a charanga dos soviets (...) Muito apreciei a declaração natalina de Rubem Braga que abre o programa, a qual é absolutamente contrária à tendência comunista de interpretar o ser humano (...) Rubem proclama que a lição do Natal é reconhecer e defender o que há de divino em cada ser humano, seja nascido em Belém (...) e falando em termos recifenses, nos morros e córregos da chamada 'terceira capital', onde morrem 500 crianças, nascidas vivas, de O a 1 ano, entre mil, que vêm a este mundo. Para esse espetáculo doloroso é que também chamo, neste Natal, a atenção do Movimento de Cultura Popular" (D.P., 24.12.60, p. 7, 2º caderno).

Num clima posterior às eleições presidenciais, em que o Governador e o Prefeito apoiaram candidatos diferentes, o artigo citado, junto com as palavras do presidente do Diretório Acadêmico de Direito, talvez constitua um dos primeiros alertas explícitos de que a educação pode constituir uma ameaça para a ordem estabelecida. Mais ainda, quando a educação é feita com a participação do povo no MCP "não como usuário-passivo, mas como usuário-construtor, usuário-participante, e, quase diria, patrocinador, através da abertura de seus clubes de subúrbios, transformados em 'núcleos de cultura' e centros de educação", como afirma Rosas[23]. Menos amedrontador, provavelmente, seria realizar uma educação que procurasse "a valorização social do homem dentro do programa de desenvolvimento econômico", conceito, aliás, já emitido na própria plataforma de governo de Cid Sampaio. Vale dizer, promovê-lo socialmente segundo as necessidades do processo de modernização do estado. É dentro dessas duas perspectivas, pelo menos, que se buscará no Recife, durante o ano de 1961, generalizar a escola para 70 mil crianças e alfabetizar adultos.

FUNDAÇÃO DA PROMOÇÃO SOCIAL X MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR

As metas a serem atingidas pelo MCP durante o ano de 1961, e para cuja execução conseguira mobilizar grande número de voluntários bem como assegurar boa parte dos recursos financeiros e materiais necessários, estavam definidas. Duas eram prioritárias: escolarização de crianças e alfabetização de adultos. Uma nova diretoria é eleita e empossada em janeiro de 1961, da qual alguns membros se desligarão no decorrer do ano pelos motivos os mais diversos - assumir cargos em outras instituições, divergências internas etc.

O GTPS, que começa agora também a congregar intelectuais renomados, elabora o plano de ação que desenvolverá neste mesmo ano, detendo-se, particularmente, no planejamento do sistema de educação primária do futuro Instituto da Promoção Social, em que se transformaria o Serviço Social contra o Mocambo, conforme proposta de Projeto de Lei submetida à apreciação da Assembléia Legislativa pelo governo do estado, em fins de novembro de 1960. Em janeiro de 1961, o Prof José Rafael de Menezes assume a função de Assessor de Planejamento do GTPS "que este ano deverá ampliar as suas atividades

[23] P. Rosas, "O Movimento ... ", *op. cit.,* p. 5.

supletivas, no setor da educação, e estendê-las a outras zonas pobres do Recife" (D.P., 17.01.61, p. 8).

Uma primeira medida por ele tomada foi a realização de um Curso de Treinamento e Informação, em convênio com a Escola de Serviço Social de Pernambuco, destinado a estudantes pré-universitários, professorandas e educadores sociais com o objetivo de "selecionar valores juvenis com vocação para um trabalho assistencial, educacional e promocional do estilo que está sendo planejado, que inclua as várias etapas da Promoção Humana - promoção biológica, promoção racional e promoção da infância abandonada" (D.P., 18.01.61, p. 8). Seu programa foi o seguinte: 1. Pessoa Humana e Sociedade; 2. O Homem Social e o Bem Comum; 3. Problemas Sociais Contemporâneos; 4. A Realidade Social Brasileira; 5. Promoção Social do Homem Nordestino; 6. Um Plano de Promoção Social para o Recife; 7. O Instituto da Promoção Social (D.P., 20.01.60, p.8).

Vale lembrar que o MCP também procedera a sua instalação oficial após a realização da I Semana Universitária de Cultura Popular. Todavia, ela não teve o formato de um curso, tendo sido promovida pelos próprios estudantes, e visava à adesão daqueles que se identificavam com a proposta apresentada. Construída sob a forma de um ciclo de conferências, ela teve o seguinte conteúdo: 1) Significado da Cultura Popular: Estrutura e Objetivos do MCP, Germano Coelho; 2) A Cultura Popular e a Atualidade Brasileira, Paulo Freire; 3) A Educação de Base e a Cultura Popular, Anita Paes Barreto; 4) Cultura Popular e Desenvolvimento, Antonio Baltar e 5) A Universidade e a Cultura Popular, Nilo Pereira (D.P., 11.05.60, p. 3 e *I.C., 13.05.* 60, p. 13).

As sistemáticas adotadas no recrutamento de estudantes para o trabalho educativo junto a setores populares, por si só, indicam de um lado a existência de uma orientação definida para a qual é necessário selecionar pessoas, e, de outro, a crença de que é a realização de tarefas concretas que confirmará ou não a disponibilidade de trabalhar junto com o povo, cujas formas seriam com ele estabelecidas.

A atuação do GTPS - transformado posteriormente na Fundação da Promoção Social - nos vários setores constitui quase sempre uma reação explícita ou velada àquilo que realizou ou estava realizando o MCP. Entretanto, ela não consegue, como aquele, suscitar posicionamentos significativos, favoráveis ou desfavoráveis, por parte dos diversos setores sociais. Isto provavelmente se deve tanto ao fato de já ter a sua ação delimitada dentro dos quadros de um organismo do estado - o Serviço Social contra o Mocambo - quanto por definir a sua atividade no campo educacional como supletiva àquela desenvolvida pela Secretaria de Educação, tendendo, pois, a utilizar procedimentos que não dependiam de grande mobilização, salvo quando se tratava de proposta inovadora, como a criação de uma Escola-Parque, nos moldes da implantada por Anísio Teixeira, em Salvador. É então obtida por Gilberto Freyre uma exposição de fotografias trazida ao Recife pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.

Assim, as escolas são instaladas, equipadas com mobiliário, material didático, e mantidas pela Promoção Social mesmo quando faz convênio com Igrejas Protestantes (D.P., 15.09.61, p. 5) e Igrejas Evangelistas (D.P., 28.12.61, p. 3), o que é motivo de comentário na coluna "Periscópio" do *Diário de*

Pernambuco, em 11 de junho de 1961, ao analisar a II Semana Estudantil de Cultura Popular. Esta "teve o patrocínio direto de algumas poderosas firmas industriais do estado que, inclusive, vêm colaborando com a Prefeitura no fornecimento de material escolar e didático. Enquanto isso, do outro lado, o governo do estado gasta um orçamento apreciável na 'Promoção Social', sem ter recebido, até agora, qualquer ajuda de particulares ao que consta" (D.P., 11.06.61, p. 6). Isto demonstraria, sob um outro ângulo, como a educação somente passou a constituir preocupação do governo estadual quando este percebeu que ela consistia em um instrumento político tanto para abafar as iniciativas da Prefeitura como de satisfação das próprias aspirações populares. Desse modo, o governo estadual pretendia, também, numa escala mais ampla, concorrer com a municipalidade no campo da educação popular, que continuava a necessitar da ajuda de particulares para romper os seus limites financeiros. Tanto é assim que o Prefeito do Recife, em abril de 1961, visitara pessoalmente organizações comerciais e industriais para obter ajuda financeira para a construção de grupos escolares, tendo logo recebido significativa doação em material de construção (D.P., 27.04.61, p.8).

Além disso, a Promoção Social patrocinava treinamento de seus técnicos em outros estados, promovia diversos cursos ministrados por especialistas do Sul, muitas vezes, onde se enfatizavam, sobretudo, aspectos da recuperação de linguagem, da recuperação de menores, administração e planejamento, problemas infanto-juvenis, educação de adolescentes e de adultos, e educação de base.

É verdade que tais preocupações também existiam no MCP. Havia freqüentes treinamentos de professores, debates, dramatização de problemas escolares como a realizada durante a II Semana Universitária de Cultura Popular e que contou com a participação de psiquiatras, psicólogos e educadores expressivos do Recife, cujo objetivo básico, no entanto, era menos a busca de "soluções imediatas" a partir de determinadas "receitas", mas a de refletir e discutir as experiências concretas em curso.

O mesmo ocorria com a educação de adultos, onde as experiências levadas a efeito, seja por Paulo Freire nos Centros de Cultura, seja através das Escolas Radiofônicas, cujos programas foram transmitidos pela Rádio Clube de Pernambuco, exigiam retificações constantes e demonstravam a necessidade de se encontrar novas formas de alfabetizar adultos. Ademais o próprio procedimento utilizado no levantamento "de locais ditos com 'apetência' de classes noturnas" feito por estudantes que divulgaram o Projeto de Educação de Adultos, ao procurarem detectar o interesse de grupos de habitações próximas às escolas infantis já instaladas e inscrever os que se decidiam a participar do programa de educação pelo rádio, registrando o estágio de conhecimentos em que se encontravam[24], fornecia elementos que precisariam ser levados em consideração na programação pedagógica a ser instituída.

O rádio e as visitas aos diferentes bairros também foram utilizados pela Promoção Social como forma de contato com as comunidades. Pela Rádio Tamandaré, foi estabelecida uma série de palestras sobre a Promoção Social em

[24] P. Rosas, "O Movimento ... ", *op. cit.,* p. 9.

que chefes das várias divisões expunham os objetivos de seu trabalho (D.P., 27.04.61, p. 5). As visitas aos bairros tinham como objetivo ora coletar dados sobre a situação sócio-econômica do Recife para elaboração do plano quadrienal da Promoção Social 1962-1966 (levantamento também realizado pelo MCP e cujos resultados foram apresentados por Paulo Freire na II Semana Universitária de Cultura Popular), ora sobre formas e localização de atividades artesanais em virtude de convênio firmado com a Sudene, Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, Banco do Nordeste do Brasil, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, para posterior implantação de cooperativas de bairro, ora sobre o menor desamparado e a situação habitacional para elaborar plano de limpeza de mocambos e urbanização de morros e solicitar ajuda financeira ao Catholic Relief Service dos Estados Unidos e para fazer conferências e palestras sob a coordenação da Divisão de Cultura. Esta orienta seus projetos e tarefas segundo a concepção de educação de base formulada pela Unesco, conforme palavras de seu chefe: "Um mínimo de educação geral necessária para levar a criança, o adolescente e o adulto a compreender os problemas particulares do meio em que vive, a formar uma idéia exata de seus deveres e dos direitos individuais e cívicos e a participação no progresso econômico e social do meio ao qual pertence (...) uma educação de base que venha a atender nossas necessidades de país subdesenvolvido, que possibilite a integração do homem na sua comunidade, conferindo-lhe noções sobre a vida familiar, a saúde, o país, o estado e, particularmente, uma visão do Nordeste, o trabalho e de modo especial os artesanatos e indústrias caseiras, orientação profissional e recreação artística" (D.P., 26.04. 61, p. 7).

Tal perspectiva se materializa através de iniciativas semelhantes àquelas postas em prática pelo MCP. Destarte a Promoção Social passa também a apresentar espetáculos populares de teatro através de contrato feito com o Teatro Popular do Nordeste (D.P., 15.10.61, p. 5), coisa que vinha sendo realizada pelo MCP desde o final de 1960 e que suscitara reações as mais diversas. Aliás, este promovera junto com Departamento de Documentação e Cultura e a Comissão Municipal de Teatro, com o patrocínio do Serviço Nacional de Teatro, o I Festival de Teatro do Recife, em setembro de 1961, com a participação de 14 conjuntos teatrais locais e de outros estados, além de estar levando adiante o Teatro de Fantoches e o Teatro Ambulante. A Promoção Social propõe, então, para 1962, a criação de uma Galeria de Arte, de um Teatro barracão a ser construído anexo à sede (o MCP havia construído o Teatro ao Ar Livre em terreno de sua sede) e um Teatro Circo. "O governador sempre sensível a todo programa de educação popular que realmente promovia a classe trabalhadora vai dar à Promoção Social os meios indispensáveis à execução do programa" (D.P., 15.11.61,p. 8).

Não somente no setor teatro, o mimetismo, ou, para melhor dizer, a contraposição, funcionou.

Enquanto o MCP dava continuidade à realização de festejos juninos e natalinos, com apoio de organizações comerciais e industriais, a Promoção Social as realiza nos Centros Educativos Operários, cujos documentários filmados seriam exibidos em vários pontos da cidade. O MCP abre um curso de Artes Plásticas para o qual se inscreve mais de uma centena de pessoas, incentiva a utilização das bibliotecas existentes e encaminha a implantação de Praças de Cultura com

auditório, postos de empréstimos de livros, locais para esporte, recreação. A Promoção Social inaugura, com apoio da Escola de Educação Física, a Rua do Recreio, no plano de difusão dos esportes (D.P., 11.06. 61, p. 12). O MCP faz uma Exposição de Cerâmicas em coincidência com o I Congresso de Cerâmica do Recife, em que ao lado de ceramistas reconhecidos comparecem obras de autores de Caruaru e Tracunhaém (D.P., 21.02.61, p. 5). A Promoção Social realiza exposição de trabalhos executados por alunos dos diversos cursos existentes nos Centros Educativos Operários.

Neste contraponto de atividades, a Promoção Social pretendia alertar para os perigos decorrentes de uma educação que não estivesse preocupada com "a criação de mentalidade, de uma coisa que representa civilização e cultura", que "vise a aproximar o homem através da mobilização de todos, para criar uma estrutura social, política e econômica, capaz de melhorar os padrões de vida de milhões de brasileiros", como diria Cid Sampaio ao abrir a I Semana da Promoção Social, realizada com o apoio do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e do Serviço Social contra o Mocambo. Esta semana, encerrada por Gilberto Freyre, em outubro de 1961, foi realizada pela Fundação da Promoção Social, entidade que substituía o GTPS, e que tivera seus Estatutos aprovados em 15 de junho de 1961. Eram membros do seu Conselho órgãos que representavam as "classes produtoras" e outras entidades como a Companhia de Revenda e Colonização, Serviço Social contra o Mocambo, Escola de Serviço Social de Pernambuco, Secretaria de Educação, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Sindicato dos Trabalhadores do Açúcar, Federação dos Centros Educativos Operários, e tendo seu presidente indicado pelo governador a partir de uma lista tríplice.

O MCP, por sua vez, tinha não somente uma estrutura mais flexível, na medida em que era composto por sócios de vários tipos que tinham, portanto, participação e obrigações distintas, mas também uma concepção de educação em que se privilegiavam os meios "indispensáveis à formação e ao exercício da consciência social capaz de compreensão adequada das condições de vida a que se encontram submetidas as massas populares; o desenvolvimento da consciência popular no sentido de aprofundar sua compreensão teórica da realidade social e da necessidade prática de sua transformação; o desenvolvimento da vida cultural das organizações populares no sentido de incrementar suas atividades culturais internas e suas manifestações culturais voltadas para a comunidade"[25].

Isto permitiu, dentro do MCP, a convivência, nem sempre amistosa, de grupos que concordavam com os objetivos gerais, mas se desentendiam quanto aos meios a empregar, sendo uma das mais flagrantes e conhecidas as divergências de Paulo Freire e do grupo de Escolas Radiofônicas quanto às formas de proceder à alfabetização de adultos. Este pluralismo incomodava tanto quanto as ações que ele engendrava e pouco a pouco o MCP passa a ser apresentado como "curiosa 'mélange' reunindo 'comunistas', socialistas e católicos chamados de 'gauche'" (D.P., 13.10.61, p. 8). Como se verá adiante, vai ser em

[25] *Movimento de Cultura Popular. Plano de Ação para* 1963, lº Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, Recife, MCP, 1963 , p. 5.

torno da ação educativa junto a adultos, bem como do conteúdo "conscientizador" das diversas atividades culturais levadas a termo pelo MCP, que se concentrarão a discussão e conseqüente reação dos diferentes segmentos sociais em relação às alternativas de organização social que então se delineavam.

De todo modo, a freqüente inauguração de escolas tanto por parte do MCP quanto da Promoção Social e que permite que o primeiro tenha em funcionamento, em dezembro de 1961, "104 escolas com 242 professoras e mais de nove mil crianças matriculadas, 3 grupos escolares construídos em convênio com o INEP, 7 grupos escolares modelo" em vários bairros e "60 escolas radiofônicas" (D.P., 24.12.61, pp. 8 e 9) e a segunda tenha inaugurado a escola nº 164 em novembro de 1961 (D.P., 21.11.61, p. 5) alterou substancialmente o panorama educacional do Recife e do Grande Recife, onde a Promoção Social também vinha instalando escolas.

É, aliás, por ocasião do encerramento de cursos na cidade de Paulista, que o governador anuncia que modificará o regulamento das Escolas Oficiais no sentido de permitir o acesso de crianças com qualquer vestimenta, ou seja, sem fardas, aos Grupos Escolares do Recife e do Interior. Isto, a seu ver, democratizaria o ensino ministrado pelo Estado em escolas públicas (D.P., 19.12.61, p. 5). Fora necessário, pois, que tivessem sido implantadas escolas para as camadas populares para que se descobrisse que a roupa poderia constituir um dos obstáculos à freqüência escolar! E, não obstante, a educação era considerada por todos um direito de todos... Mas, esse direito não poderia se estender aos adultos ou, pelo menos, ele deveria ser propiciado dentro de moldes determinados. É este o aspecto que, no campo educacional, constituirá o cerne do confronto explícito que então se inicia e que perdurará, sob formas diversas, até abril de 1964.

O CONFRONTO DE PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS – A RUPTURA DO CONSENSO

A partir de janeiro de 1962, o problema sucessório estadual perpassa todas as posições tomadas em relação às atividades educativas e culturais desenvolvidas pelos órgãos para-oficiais, isto é, a Fundação da Promoção Social e o Movimento de Cultura Popular. O presidente da primeira é freqüentemente consultado sobre as suas aspirações eleitorais, ao mesmo tempo em que era voz corrente que "se os esquerdistas tentassem inscrever novos eleitores através da Cultura Popular ou outras agremiações, os situacionistas fariam o mesmo a fim de assegurar o balanço das forças eleitorais" (D.P., 26.01.62, p. 14).

Do ponto de vista das atividades, pois, o contraponto continua. Enquanto o MCP prossegue ampliando as suas tarefas, abrindo cursos para treinamento de novos monitores para as escolas radiofônicas, montando cursos de aperfeiçoamento para adultos já alfabetizados, inaugurando Praças de Cultura e escolas em construção, a Promoção Social também dá seguimento aos cursos de atualização pedagógica para professoras, à abertura de novas escolas, cria Centros de Cultura (idéia originária do MCP), e, diante do sucesso que foi a colocação de um aparelho de TV nas Praças de Cultura, também decide distribuir

televisões nos diversos Centros Educativos Operários. Da mesma forma que o MCP, a Promoção Social faz convênio com a Campanha Nacional da Merenda Escolar e, diferentemente dele, confere, entre março e junho de 1962, em virtude de convênio firmado com a Secretaria de Educação, mais de 1.600 bolsas de estudo, com o cuidado de dizer que os critérios usados na sua seleção foram os mais objetivos possíveis, "evitando toda pressão política". "Todos os candidatos com apoio político foram afastados imediatamente" (D.P., 23.06.62, p.5).

Dois eventos, no entanto, polarizaram a opinião pública no primeiro semestre de 1962: os lançamentos da peça A *Bomba da Paz,* de Hermilio Borba Filho, com apoio da Promoção Social, e da *Cartilha do MCP.* A peça, considerada como "uma primeira reação à infiltração vermelha no teatro brasileiro" (D.P., 25.04.62, p. 8, 29 cad.), é "montada sobre fatos da Província e com figuras que são verdadeiras caracterizações cômicas de personagens locais. Por exemplo, o sr. Gervásio Carneiro, como tipo prognata, é o presidente da Liga de Compreensão Católico-Comunista" (D.P., 17.04.62, p. 8, 29 cad.), tendo sido freqüentes as tomadas de posição favoráveis ou desfavoráveis por estudantes e intelectuais, que ora as manifestavam por escrito, ora através de debates.

A cartilha do MCP é muito criticada, sendo, inclusive, um dos alvos prediletos de toda a campanha encetada para destruir aquele organismo, entre setembro e outubro de 1962, pelo substituto de Miguel Arraes na Prefeitura do Recife, e que mobilizou setores os mais diversos tanto locais quanto nacionais. Anísio Teixeira, por exemplo, faz questão de dizer que a cartilha do MCP "é a melhor cartilha para adultos, já editada no Brasil". Acha que "através da cartilha se ensinava o alfabeto nordestino e a sua própria vida", não entendendo como ela podia ser subversiva (U.H., 19.10.62, p. 4). Ironicamente, ela era apresentada como tendo "uma acentuada preferência por um reduzido grupo de palavras do nosso vocabulário. Mocambo, mangue, miséria, fome etc., são alguns desses vocábulos. Mas a palavra de preferência quase absoluta é 'voto'. Ela está na primeira página da cartilha e é citada quase umas cem vezes" (D.P., 21,04.62, p. 8, 2º cad.).

Aliás, a celeuma criada pela utilização daquela cartilha, e o sucesso que fazia o método Paulo Freire em uso pelo Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife e no Rio Grande do Norte, particularmente pela rapidez com que ele alfabetizava, fez com que a Promoção Social também intensificasse a sua ação alfabetizadora entre adultos através do convênio que firmara com as Igrejas Evangélicas e o Colégio Agnes Erskine. É escolhido o método Laubach, introduzido por missionários americanos, que produziu uma cartilha chamada *Podemos Ler em Pernambuco,* que ensinaria "a ler em quatro meses com apenas duas aulas por semana ministradas a dois alunos apenas" (D.P., 09.09.62, p.10). São estabelecidos postos para orientadores do método que treinarão mil professoras (D.P., 16.09.62, p. 15), que serão visitados pelo supervisor da Fundação Laubach, Byron Roberts, em novembro (D.P., 24.11.62, p. 5), esperando-se alfabetizar até o Natal 2.000 adultos. De fato, em janeiro, são distribuídos, em uma solenidade em que os recém-alfabetizados homenageiam Cid Sampaio, 2.100 certificados de alfabetização (D.P., 20.01.63, p. 8). Posteriormente, não apenas a cartilha será modificada "por se preocupar mais com o reconhecimento das palavras, dando menos importância ao sentido das

frases", mas também é rompido o convênio com a Promoção Social, que estava seguindo nova orientação sob o governo Arraes e o Colégio Agnes Erskine, quando, então, surge a Cruzada de Ação Evangélica através de convênio ajustado com a Prefeitura de Caruaru (D.P., 11.08.63, p. 12).

Dentro de um clima em que também se denuncia a politização do teatro efetuada pelo MCP, "buscando fórmulas para politizar o homem do campo, o operariado e todos aqueles que o Movimento procura reduzir na sua pregação vermelha" (D.P., 12. 05.62, p. 12) são planejados e realizados por aquela instituição vários eventos culturais importantes: Concurso de desenhos, gravuras, poesias, sortes, teatro por ocasião das festas juninas (D.P., 21.06.62, p. 5), o I Festival de Teatros Estudantis do Nordeste, que teve lugar em Caruaru, sendo o Teatro de Cultura Popular premiado, o Festival Nacional de Cinema Novo, o II Festival de Teatro do Recife, o I Festival de Música (U.H., 22.07.62, p. 3), bem como é criado o Coral do Recife (U.H., 03. 08.62, p. 5), acontece o II Festival de Cinema do Recife com filmes japoneses (U.H., 05.08.62, p. 3) e é fundado o Centro de Estudos e de Produção Cinematográfica (U.H., 20.08.62, p. 4).

Em agosto de 1962, em plena campanha para a eleição de governador do estado, assume a Prefeitura do Recife o presidente da Câmara de Vereadores, Antônio Moury Fernandes (U.H., 17.08.62, p. 3). Acusa-se o MCP de tudo; suas obras estariam sendo "concluídas a toque de caixa" e seus automóveis estariam sendo usados na campanha eleitoral (J.C., 18.08.62, p. 5), além de que o Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura estaria promovendo "uma orgia de dotação em favor da cultura popular" em detrimento de outros grupos culturais (D.P., 23. 08.62, p. 11). Outrossim, haveria um débito da Prefeitura para com o Instituto de Previdência do Estado, o que motiva dois artigos no *Jornal do Comércio,* estopim de uma situação crítica para o MCP. Um deles, publicado na coluna do candidato situacionista, fala em "apropriação indébita do dinheiro do funcionalismo da Prefeitura", o que explicaria "claramente, o segredo do dinheiro em caixa para execução do plano de obras de fachada destinado a impressionar os incautos, feito às custas dos cobres do funcionalismo, ao mesmo tempo em que desmancha o cartaz de 'bom administrador' adquirido pelo candidato dos interesses anti-nacionais" (J.C., 25.08.62, p.3).

O outro, que tem como título "Das Escolas do Ex-Prefeito só Existe mesmo Fumaça", diz que "na jogada urdida pelos 'cérebros' do lado de lá surgiram as obras de fachada como as de maior exeqüibilidade para iludir o eleitorado desavisado. Se bem pensavam, melhor fizeram, e entre as realizações de 'araque' utilizadas pelo candidato dos interesses anti-nacionais - além de (...) estão as 'escolas' do MCP. Essas 'escolas' inauguradas com muita festa, fotos nos jornais e fausta publicidade duravam, talvez, menos do que as rosas de Malherbe, pois só existiam mesmo na tarde – algumas na noite – da inauguração. Fotografadas e festejadas sob discurso e ampla demagogia, tinham cumprido a 'missão', atingido a 'meta' dos subversivos. Por isso já no outro dia não mais existiam. Dessas 'escolas' armadas como lapinhas em dia de festa, só resta, agora, fumaça" (J.C., 28.08.62, p. 7).

Imediatamente após a publicação do primeiro artigo, o vereador Wandenkolk Wanderley, já anteriormente citado neste trabalho, requer a instauração de um inquérito para averiguar a aplicação de verbas no MCP (U.H.,

28.08.62, p. 3). Após a divulgação do segundo, diretoras de Divisões do MCP vão à televisão para, não somente convidar os interessados a visitarem as 189 escolas instaladas e os 12 grupos escolares construídos pelo MCP (a lista de seus respectivos endereços e horários de funcionamento é publicada no dia 9 de setembro de 1962), mas também para defenderem, tendo em vista as suas posições religiosas publicamente assumidas uma católica, Anita Paes Barreto, e outra presbiteriana, Elza Loureiro –, a necessidade da educação para todas as camadas da população tanto para a liberdade do indivíduo quanto para superar barreiras para a evangelização, dando acesso à leitura da Bíblia (U.H., 29.08.62, p. 2). Uma nota oficial, assinada conjuntamente pelo presidente do MCP, Germano Coelho, e pela Diretora da Divisão de Ensino, Anita Paes Barreto, é, então, publicada na imprensa, repelindo, com dados, "as calúnias divulgadas numa coluna oficial de candidato a governo do Estado" (U.H., 30. 08.62, p. 3), seguindo-se uma outra, intitulada "Do Movimento de Cultura Popular ao Povo", assinada por todos os responsáveis de Divisões e Projetos do MCP *(V.H.,* 02.09.62, p. 4), em que se refutam não apenas as acusações feitas senão também invocam o testemunho favorável dado ao MCP e à sua cartilha por nomes como Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Abgar Renault, Paschoal Carlos Magno, Oliveira Brito.

Concomitantemente, o MCP recebe a visita do prefeito Antônio Moury Fernandes que, impressionado com o que viu e com o relato feito pelo seu Conselho de Direção, conclui que "o MCP não mais pertence aos seus fundadores nem àqueles que o fazem: é hoje patrimônio do povo do Recife" e promete todo o seu apoio *(U.H.,* 02.09.62, p. 2). Esta promessa, contudo, dura muito pouco, dado que dez dias depois o Prefeito envia Mensagem à Câmara Municipal propondo a extinção do MCP e a criação de uma Divisão de Ensino e Cultura no Departamento de Documentação e Cultura com "a finalidade de coordenar e difundir o ensino primário e ginasial e educação cultural e artística no âmbito municipal" *(U.H.,* 13.09.62, p. 1) ao mesmo tempo em que denuncia o convênio existente entre a Prefeitura e o MCP.

Esta iniciativa causa grande revolta e é considerada "um atentado ao povo, que deixará 20 mil crianças sem escolas". Diversos sindicatos, diretórios acadêmicos, pais de alunos que estudam em escolas do MCP, organizações de classe, associações de bairro organizam uma grande concentração de protesto na Câmara Municipal, impedindo com a sua presença nas galerias que a Mensagem seja votada em regime de urgência *(U.H.,* 15.09.62, p. 1). O *Diário de Pernambuco,* por sua vez, considera "manobra política" a resistência dos vereadores a aprovarem a mensagem pois acha que somente tendo a Municipalidade a sua própria Divisão de Ensino seria possível à Câmara Municipal exercer "vigilância na execução dos projetos e programas de ensino primário e educação de base (…) Difícil e legalmente impossível seria aos vereadores exercer esse direito de fiscalização, que é derivado do mandato popular, com a estrutura de organismo privado" (D.P.,. 15.09.62, p. 4).

Parece desnecessário salientar que se, de um lado, estavam em jogo interesses eleitoreiros, dados os rumos que tomava a campanha pelo governo do Estado, por outro, procurava-se, por todos os meios, conter um empreendimento

educacional e cultural vinculado às camadas populares, cuja *performance* já ultrapassara as fronteiras de Recife. O MCP, através das Escolas Radiofônicas, já atuava em Palmares por força de convênio estabelecido com a Prefeitura daquela cidade da zona da Mata Sul (D.P., 23.03.62, p. 6), o Teatro de Cultura Popular já se apresentara em João Pessoa *(V.H.,* 10.07.62, p. 6) e eram freqüentes as visitas de grupos ou pessoas ao MCP, que se declaravam entusiasmadas com a experiência que observavam, a exemplo de Jean-Paul Sartre e de expressivos nomes da intelectualidade brasileira.

Assim, enquanto chegavam à sede do MCP, hipotecando a sua solidariedade, diversos abaixo-assinados e notas oriundos de associações de bairro, sindicatos, entidades religiosas, esportivas, beneficentes, estudantes secundaristas e universitários, elaborava-se uma campanha em prol do MCP, que deveria tomar a forma de uma "concentração-monstro" no centro da cidade para "que o povo suste a pretensão daqueles que, sem distinguir as lutas partidárias do interesse coletivo, tentam liquidar o MCP" *(U.H.,* 20.09.62, p. 2). Decidia-se, igualmente, enviar um emissário a Brasília para manter contatos com o Ministro da Educação, prof. Darcy Ribeiro, que várias vezes havia elogiado o MCP; convidar para a manifestação o presidente da UNE e o prefeito de Natal, assim como constituir uma comissão com o objetivo de angariar fundos para a subsistência da entidade, uma vez que os recursos financeiros que lhe deveriam ser atribuídos pela Prefeitura não estavam sendo liberados.

Entrementes, o vereador Wandenkolk Wanderley justificava sua posição, favorável à extinção do MCP, centrado particularmente nos fatos de que as verbas a ele destinadas eram gastas em "manobras e conspirações contra o regime democrático" (D.P., 21.09.62, p. 5), e de que a sua cartilha era "sectária, repleta de ódio e de frases virulentas" (D.P., 03.10.62, p. 5). E, contudo, o Ministro da Educação vem ao Recife apoiar o MCP, no momento mesmo em que lançava o Plano de Emergência para a Educação. Outros apoios foram recebidos de industriais, da UNE e de órgãos de classe paraibanos *(V.H.,* 30.09.62, p. 2), da Associação da Imprensa de Pernambuco, Pastores Evangélicos, entidades de Alagoas. Dentro de tais manifestações, o MCP prosseguia normalmente as suas atividades, inaugurando exposição de artesanato, promovendo curso sobre Direção da Aprendizagem de Matemática, diplomando motoristas.

A grande mobilização havida, bem como a atuação de diversos vereadores e, sobretudo, o parecer dado pela Comissão de Finanças da Câmara Municipal evitam a extinção do MCP, que deverá continuar a receber apoio financeiro da Municipalidade *(V.H.,* 07.10.62, p. 5). Este, aliás, também passará a receber verbas do Plano de Emergência do MEC da mesma forma que participará da criação da Fundação Nacional de Cultura Popular, o que significa estar o MCP "nos ensaios preliminares para ganhar uma dimensão nacional, consagradora da iniciativa da administração Miguel Arraes e do esforço dedicado por seus dirigentes e colaboradores. A cultura e o progresso lavram mais um tento contra a reação e obscurantismo" *(V.H., 16.10.62,* p.3).

O fortalecimento do MCP antecede a vitória de Miguel Arraes para o governo do estado em uma campanha eleitoral ainda mais ideologizada do que aquela que conduzira Cid Sampaio ao governo. Se em relação a este último havia sido freqüente a denúncia de sua origem de classe como principal obstáculo "ao

exercício do poder moderador" (D.P., 21.09.58, p. 12) em "um Estado em que a pobreza e a miséria agravam o sentimento de prevenção das classes pobres contra os ricos" e mais grave, ainda, quando em torno dele se aglutinam forças que permitem "o conúbio burguesiacomunistas" como diria Etelvino Lins (D.P., 16.07.58, pp. 1 e 3), Miguel Arraes era apresentado como sendo o próprio porta-voz das esquerdas e até mesmo dos comunistas, promotor provável de um "processo de urbanização em Pernambuco"[26] no qual teria um papel importante a educação popular.

De fato, ao apresentar a educação não apenas como fator de coesão social, mas também como instrumento de mudança, "uma educação que, advertindo o homem quanto aos seus deveres, lhe dê consciência de seus direitos", tal como o faz na exposição de seu Programa do Governo para o Povo, transcrito pela *Última Hora* de 1º de outubro de 1962, e apontando o MCP como um passo importante dado naquele sentido, no âmbito do Recife, Miguel Arraes fornece mais argumentos para que os seus opositores que os seus opositores ponham sob guarda constante sua atuação governamental e, em especial,a sua política educacional, durante o curto período que dirigiu os destinos de Pernambuco.

A POLÍTICA EDUCACIONAL SOB VIGILÂNCIA

Logo após o seu primeiro pronunciamento público como governador em que promete "mobilizar todos aqueles que em Pernambuco queiram colaborar com o programa educacional", dizendo que "estenderá a todo o estado a influência do MCP" *(U.H.,* 28.10.62, p. 3), Miguel Arraes recebe uma advertência, cuja tônica anuncia o tipo de vigilância que lhe será exercida ao longo de seu governo por aqueles que se apresentam como defensores da democracia. Com efeito, a coluna "Periscópio" do *Diário de Pernambuco* lhe admoesta sobre a necessidade de "positivar uma administração progressista e uma atmosfera social sem greves, sem distúrbios, sem passeatas, sem atropelos". Se repetir no governo "as artimanhas e suspeitas do tipo (...) o MCP pode ficar certo de que não terá um governo tranqüilo" (D.P., 28.10.62, p. 8, 2º cad.).

Essa vigilância, não obstante, não será apenas local. Jornalista americano, por exemplo, em artigo intitulado "A Vitória Esquerdista", publicado na edição latino-americana da revista *Time,* de 02.11.62, se refere à "cartilha ideológica do MCP", a qual, apesar de não ter sido considerada subversiva pelo Serviço de Inteligência do Exército, incita os trabalhadores à luta por considerar a greve, garantida por lei, um meio de obter melhores salários (D.P., 04. 11.62,p.4).

E, contudo, apesar das advertências, a educação e a cultura são metas prioritárias do governo de Arraes. Com efeito, diferentemente do que ocorrera no governo de Cid Sampaio, a política educacional constitui-se em suporte da política geral de desenvolvimento. Para tanto, o "sistema educacional precisa tornar-se

[26] M.A. Ferraz de Sá, e S. Weber, "Articulações …", *op.cit*

bastante instrumental, a fim de transmitir os conhecimentos teóricocientíficos necessários à expansão das atividades produtivas e de armar a população para participar democraticamente do processo de desenvolvimento, politizando-a e ajudando-a na modificação de suas atitudes", cabendo ao MCP "a execução dos programas de alfabetização e cultura popular em todo o Estado"[27].

A este, aliás, que já conseguira substancial verba no Orçamento da Prefeitura para construir grupos escolares e escolas no Recife bem como para a sua manutenção *(U.H.,* 27.11.62, p. 3) e do MEC para aplicar na educação de adultos, dentro do Plano de Emergência *(U.H.,* 11.12.62, p. 1), e preparava um arrojado plano para ser desenvolvido com o apoio do governo do estado *(U.H.,* 01.01.63, p. 1), é delegada a indicação do novo Secretário da Educação de Pernambuco.

A ênfase dada à participação comunitária na implantação de escolas, o entendimento de que a "alfabetização deve assumir o caráter de mobilização popular, por sua necessária natureza política e integradora do analfabeto à comunidade" e a compreensão da cultura popular como "combate à alienação intelectual e cultural do nosso povo através da conscientização das massas populares, de debates dos problemas sociais e econômicos e da produção artística" (U.H., 03.02.63, p. 9), fazem com que programas educacionais de qualquer tipo se tornem principal mira daqueles que discordavam da generalização da educação, inclusive aos adultos do interior, como "parte importante da luta pela construção de um Nordeste emancipado", como afirmara Germano Coelho por ocasião de sua posse como Secretário de Educação (U.H., 06.02.63, p. 3). Para eles, tendo em vista a tensa situação do campo e o clima de greves no meio urbano, não era propício a uma mobilização educacional dado o caráter agitador que ela logo tomava (D.P., 20.03.63, p. 8).

Este caráter, no entanto, se devia, sobretudo, ao fato de que as instituições educativas, que pretendiam "popularizar o ensino para aqueles que ficam à margem da sociedade" *(D.P.,* 06.02.63, p. 3), tinham na sua direção pessoas ligadas ao que se denominava pejorativamente "'humanismo' implantado em nossas plagas" (D.P., 28.02.63, p. 8). E, também, porque os meios que empregavam visavam pôr em evidência a situação de pobreza e miséria que caracterizava a vida tanto de trabalhadores do campo quanto dos habitantes de "morros e alagados", impelindo à revolta (D.P., 20.03.63, p. 3).

É, assim, que reações diversas são suscitadas por setores ligados às classes dominantes – empresários, deputados estaduais – aos nomes que assumiram os vários postos da Fundação da Promoção Social, enquanto seus funcionários e usuários preocupavam-se com a continuidade de seus empregos ou com a manutenção dos serviços que, até então, lhes eram oferecidos. Esta entidade, que não teria imprimido "nenhum caráter político ou doutrinário na alfabetização de adultos" que realizara (D.P. 20.01.63, p. 3), teria, na certa, uma nova direção "ligada às forças populares, dado que Arraes pretenderia fazer sair da Promoção Social o futuro prefeito da cidade" (D.P., 06.02.63, p. 3), posição que, todavia, não foi modificada quando Anita Paes Barreto a assumiu.

---

[27] M. Arraes de Alencar, "Reformas com o Povo - Programa de Ação do Governo", transcrito no jornal *Última Hora* de 3 de fevereiro de 1963,p. 9.

O levantamento da situação deste organismo assim como a expansão da atuação do MCP eram motivos de freqüentes manifestações que, em última análise, tinham o MCP como principal alvo, dado ser percebido como responsável direto ou indireto de toda iniciativa no campo educacional.

Em relação à Promoção Social, temia-se a sua fusão com o MCP, dada a semelhança de objetivos; lamentava-se o convênio que fizera com esta última instituição para a apresentação do Teatro de Cultura Popular nos Centro Educativos Operários e a descoberta de que a Promoção Social não houvera adquirido personalidade jurídica (D.P., 09.06.63, p. 2). Esta descoberta suscitou muita controvérsia: "A quem passará este patrimônio da inexistente fundação?" (D.P., 08.06.63, p. 11). "Por que não procurar dar-lhe estatuto jurídico em vez de destruí-la?", conforme requerimento de seu ex-presidente à Assembléia Legislativa do Estado (D.P., 03.06.63, p. 10).

O comentário do *Diário de Pernambuco,* no momento em que se decide a fusão da Promoção Social com o MCP, deixa claro, mais uma vez, como os opositores manifestos ao governo de Arraes procuravam encontrar em todas as suas ações, particularmente naquelas em que o MCP estivesse envolvido de alguma forma, argumentos para a ameaça que ele representava à ordem vigente. "Na batalha travada para liquidar a 'Promoção Social' ninguém poderia ter dúvidas quanto ao desfecho: o *anschluss* ao MCP, que também poderia ser traduzido em 'Movimento Comunista de Pernambuco', seria coroado de êxito. Agindo de acordo com a boa técnica hitlerista, o MCP consegue brilhante vitória metendo as cunhas de uma administração *quisling* na Promoção. A história do Cavalo de Tróia se repete, revista e estilizada: a conquista da cidadela vai ser levada a cabo pela própria direção. Se se perguntar 'por quem os sinos dobram' a resposta é simples" (D.P., 03.07.63, p. 8, 2ºcad.).

No que concerne ao MCP, conforme já mencionado, molestava bastante a sua composição pluralista[28] e a disposição que caracterizava seus sócios para efetivarem empreendimentos educacionais e culturais, num momento em que a educação e a cultura, postos em relevo pela Unesco, constituíam anseio popular importante ao mesmo tempo em que eram considerados instrumentos essenciais para a construção de uma sociedade mais democrática a partir da própria realidade nacional. Tais propostas aparecem justamente numa ocasião em que ainda havia espaço para o confronto de perspectivas de organização social, dado que o relacionamento entre as classes e as suas frações, até agora, não havia permitido o estabelecimento das linhas predominantes que orientariam a conformação da sociedade brasileira, o que vai ocorrer em 1964.

É assim que, freqüentemente, se pergunta, quando não se acusa, se o MCP não teria uma orientação comunista como o fez, por exemplo, um jornalista da *Associated Press,* em entrevista com Germano Coelho, então Secretário de Educação do Estado de Pernambuco. A resposta por ele dada indica, até certo ponto, a articulação entre as preocupações internacionais a respeito da educação e as características específicas da realidade concreta, no caso a nordestina, em que elas apareciam: “O MCP é uma instituição de caráter técnico, apolítica e

[28] Ver a respeito V.P. Paiva, *Educação Popular … op. cit.* pp. 230-258, R. Page, *The Revolution that Never Was, Northeast Brazil1955-1964,* Nova York, Grasman Publ., 1972.

pluralista, segundo o modelo da Unesco, criada para a educação de crianças, adolescentes e adultos e a elevação do nível cultural do povo." Constitui uma "frente ampla, representando o esforço da comunidade inteira contra o analfabetismo e a incultura, e não pode fundar-se em quaisquer das ideologias de seus membros. O nacionalismo, concebido como anseio do povo brasileiro de desenvolver-se em plenitude e integrar-se na comunidade das nações, mediante relações de justiça e igualdade, constitui, assim, a ideologia própria de um movimento instaurado para a emancipação do povo" (U.H., 17.03.63, p. 3).

Entretanto, isto não convence os grupos sociais vinculados às classes dominantes. Pelo contrário, vêem em quase toda a atuação do MCP uma forma de subverter a ordem vigente.

Exemplo disto constitui a denúncia da posição ideológica privilegiada pelo MCP na escolha dos "idealistas" que foram ao agreste, após curso oferecido por técnico do Banco do Brasil naquele organismo, motivar e ensinar ao agricultor como obter crédito daquela instituição bancária (D.P., 20.03.63, p. 8).

O sentido ideológico da interiorização do MCP é, também, denunciado, chegando alguns a considerar a "alfabetização de camponeses comunismo" (U.H., 03.03. 64, p. 3). Tanto o convênio assinado por aquela instituição com o governo de Pernambuco para levantar as possibilidades educativas do estado (U.H., 26.04.63, p. 2) quanto a efetivação daquela meta, a partir da eleição do novo diretor do MCP, Miguel Newton Arraes de Alencar, em maio de 1963, mereceram os mais veementes protestos. De pouco adiantavam os apoios recebidos, ora de usineiros, que consideravam que o MCP "trará paz ao campo" (U.H., 14.01.64, p. 8), ora de industriais (U.H., 02.02.64, p. 6, 2º cad.). O fato é que apavorava a perspectiva de se ver "200 mil camponeses alfabetizados", seja pelo Método Paulo Freire (U.H., 07.01.64, p. 3) seja pelas Escolas Radiofônicas (U.H., 22. 07.63, p. 3), acrescidos àqueles que estavam se alfabetizando em inúmeras cidades do interior e no Recife, através de círculos de cultura.

A Frente de Educação Popular, programa de educação do governo do estado para 1963, apresentado pela Secretaria de Educação em aplicação do Plano Trienal do MEC, que visava ao mesmo tempo "a educação de massas, a popularização da escola", ou seja, "integrar, no processo educativo, as classes populares ainda não atingidas pela educação. Transformar, enfim, a educação em um bem comum a todo o povo pernambucano" e a aplicação de "uma pedagogia popular, criadora de novos métodos, técnicas, sistemas e programas de educação, adequados à formação do homem comum"[29] igualmente suscitou críticas violentas. Uma delas, repetindo tantas outras, dizia respeito à concepção de educação como instrumento de emancipação do trabalhador, incentivando "a formação sindical e cooperativista e a conscientização dos problemas da nossa época", o que, evidentemente, somente contribuiria para o acirramento dos ânimos, da revolta, da luta de classes (D.P., 19.12.63, p. 4).

---

[29] *Frente de Educação Popular - Programa de Educação do Governo de Pernambuco para 1963,* Recife, Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura, 1963, pp. 8 e 9, documento obtido por estudante inscrito no curso Educação e Classes Sociais oferecido pela autora no Curso de Mestrado em Sociologia do Pimes/UFPe no ano de 1981. Aliás, vale ressaltar a contribuição dada pelos estudantes daquele curso na reunião de documentos bem como na discussão do material relativo à educação em Pernambuco, no período 1958-1964, submetido à análise.

É, pois, amiúde o alerta para o que ocorre no campo educacional em Pernambuco e, mais ainda, após a realização no Recife do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, cuja finalidade era o intercâmbio de experiências entre os diversos Movimentos de Cultura Popular existentes, idealização de trabalho mais coordenado no plano nacional e transformação dos Movimentos de Cultura Popular em atividade constante da vida cultural brasileira (U.H., 15.09.63, p. 3) e que fora prestigiado com mensagem do Ministro da Educação, Paulo de Tarso. Nela ele põe em relevo aspectos que são motivo de freqüente controvérsia no Recife, ou seja, de que "a alfabetização pouco será, se reduzida às meras técnicas de ler e escrever. Educar não é levar aos outros idéias de grupos alheios, importando-lhes seus gostos estranhos. Educar é dar meios de criatividade a cada um, permitindo que todos os grupos se expressem. Donde o interesse que afirmamos por um trabalho de alfabetização numa perspectiva de cultura popular (...) O que se quer é que cada homem e todos os homens, de acordo com as suas possibilidades, participem pessoalmente do processo cultural em marcha (...) o que não se pode mais impedir hoje é que todos e não uns poucos homens transformem a natureza em cultura. A idéia é temida por muitos. Ela é expressão de uma real democracia e não da democracia fictícia das minorias privilegiadas" (U.H., 22.09.63, p. 2).

A realização do I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, porém, ao reafirmar posturas educacionais até então adotadas, provoca o reforço do ambiente de vigilância existente, que adquire uma nova forma, passando da denúncia ao apelo para uma tomada de posição firme e ativa. A chamada feita pelo "Informativo Econômico" do *Diário de Pernambuco* de 19 de dezembro de 1963 constitui um claro indicador dessa transformação, que não se dirige, agora, tão somente ao MCP mas também ao Movimento de Educação de Base – MEB, patrocinado pela hierarquia da Igreja Católica. "Não digam os democratas, quando perderem, definitivamente, o poder político no Brasil, que a campanha era surda e traiçoeira. Ninguém vem trabalhando mais abertamente, mais às claras, mais sem cerimoniosamente do que os financiadores e promotores do MCP e do MEB, em Pernambuco nos dias de hoje. Ninguém está atuando mais impunemente" (D.P., 19.12.63, p. 4).

O chamamento para conter a "agitação", o "abandono do estado", o "empreguismo" e a produção de "eleitores" torna-se cada vez mais freqüente, provindo tanto de setores ligados aos grandes proprietários de terra quanto aos grupos industriais e comerciais. Ele era reforçado, evidentemente, também, por grupos de intelectuais que, em maio de 1963, haviam tentado criar o Movimento Cultural do Nordeste, (D.P., 03.05.63, p. 5), com o objetivo primordial de educar o povo "para o teatro, com a exibição de originais autênticos com peças construtivas" e não "popularizar, ou antes politizar as representações teatrais com a exibição de autênticos comícios cuja finalidade é educar as massas" (D.P., 26.10.63, p. 11). Ênfase particular, agora, é dada à arregimentação de eleitores, motivo por que cabia aos democratas seguir o exemplo dos partidários do governador do estado. "O plano oficial, facilmente perceptível, é dobrar o eleitorado pernambucano no interior e na capital, alfabetizando camponeses e operários urbanos, para o que toda a máquina estatal está afiada e em plena atividade. Os ativistas não dormem. O MCP se desdobra, o alistamento vai ser

atacado em todos os *fronts.* Enquanto os democratas cochilam, discutem abstrações, se digladiam e entredevoram na locação suicida que os caracteriza" (D.P., 18.01.64, p. 5).

Entretanto, em vez de arregimentar eleitores através da alfabetização que, aliás, continuava, também, a ser feita no interior de Pernambuco com auxílio norte-americano, através da Cruzada de Ação Evangélica, os "democratas", além do discurso acusatório, se aglutinam para garantir a manutenção no país, agora, pela violência da forma de organização social vigente.

Como resultado dessa aglutinação, não apenas o MCP será destruído em Pernambuco porque "ali se destilava o álcool ideológico, o veneno ideológico que vinha empestando a atmosfera que respiramos", propondo-se o seu novo presidente Carlos Maciel a fazer, de fato, "uma democratização da cultura e a democratização da educação. O trabalho real em prol do povo é o único objetivo que visamos realmente" (D.P., 08.04.64, p. I, 2ºcad.), mas também uma experiência de governo estadual em que representantes dos setores populares podiam expor, discutir e encaminhar soluções segundo a sua perspectiva[30].

O significado da confrontação ideológica que teve lugar em Pernambuco neste período, e na qual a educação popular teve um papel relevante, merece ainda uma série de estudos. De todo modo, fica como provocação a hipótese sugerida por Perruci[31] de que, tendo em vista a novidade da atuação de um governo estadual que procurava com recursos meramente internos, fossem eles financeiros ou humanos, cumprir os compromissos assumidos com o povo e dele exigir vigilância, "a fim de que seus interesses não sejam subestimados ou traídos"[32], a classe dominante local se via impotente, tendo que recorrer à ajuda externa, como, aliás, já o fizera Cid Sampaio, assinando convênio da Secretaria da Educação com a Usaid, e a se aliar de forma concreta com a burguesia do Sudeste, passando, então, a ser a ela subordinada de maneira mais completa. Estaria aí talvez, também, uma das explicações para a rapidez com que a violência foi utilizada em Pernambuco para tentar apagar todos os vestígios de uma época em que educar tornara-se uma tarefa que deveria ser desempenhada por todos.

(Recebido para publicação em fevereiro de 1983)

[30] L.P. Costa, "Classes e Política ... ", *op. cit.*

[31] G. Perruci, "Formação Histórica do Nordeste e a Questão Regional", texto apresentado no Seminário sobre Nordeste - Estrutura Econômica e Social, Desenvolvimento e Processos Políticos, realizado pelo CMS/P /UFP, patrocinado pela C. e CNPq - março 1982 - mimeo.

[32] M. Arraes de Alencar, "Discurso de Posse", *in* G. *Debert, Ideologia ... ,op. cit.,* p. 179.